

A dívida e(x)terna

GLOBO

ANTENOR BARROS LEAL

5 MAR 1988

A posse do Presidente Bush encontra o continente americano dividido em duas partes absolutamente distintas. De um lado (por cima) os Estados Unidos e Canadá, signatários de recente acordo que facilita as trocas comerciais, reduz as desconfianças e moderniza mais ainda suas economias. É a fórmula para melhor enfrentamento da Europa-92 e continuar a crescer juntos. No lado de baixo — baixo mesmo — o retrato é desolador. O México, vizinho cheio de petróleo e de dívida, encabeça a lista de problemas que termina com as nossas estimadas Argentina, ferida de morte pela incompetência e pelos anos negros do desmando autoritário. No meio do mapa a decadência é geral. As economias dos países centro e sul-americanos — com a pequena e gloriosa exceção da democrática Costa Rica e da experiência chilena que precisa ser testada sob regime de liberdades políticas — estão mergulhadas no lamaçal da dívida externa e no esgarçamento contínuo do tecido social.

A realidade política da América Latina atesta o crescimento de governo anti-EUA e as futuras eleições na Argentina e no Brasil podem trazer complicações definitivas. A Nicarágua e El Salvador preocupam a Casa Branca? Se os "senderos" ganham a briga no Peru, ela muda até de cor. Os Estados Unidos, como país, embora sem ser credor, assume todo ônus político da situação econômica.

O exame político de dívida externa não pode ser mais postergado. Coincidência ou não, todos os grandes devedores assumiram seus débitos durante a vigência de Governos totalitários, quando empréstimos bons para o País conviviam com negociatas que desprezavam a qualidade dos contratos (melhores taxas, prazos e spreads) em troca de generosas comissões (as "tenebrosas transações" que canta Chico Buarque). A dívida é um entrave enorme ao desenvolvimento e daí a necessidade vital das democracias atuais ficarem livres deste impedimento histórico. Seria macabro constatar que

as nascentes democracias latino-americanas estão impedidas de florescer, de permitir mais liberdades econômicas, exatamente pelo ônus da dívida. E lamentável que a América Latina não possa usufruir da onda libertária que domina o Mundo. A carga da dívida tem mantido a necessidade de mais governo e mais controles, enquanto os países desenvolvidos experimentam modelo oposto: mais liberdade e menos Estado; mais eficiência e menos estatização.

Em termos práticos, bastaria um cálculo primário para concluir pela inviabilidade da dívida. Se o FED — o Banco Central Americano — aumentasse os juros dos seus títulos para a rolagem de sua dívida, digamos, elevando sua taxa dos atuais 8%, para 15% AA — algo bastante possível — a taxa "prime" de Nova York pularia, imediatamente, aos níveis de 18% a 20% AA. Se a dívida nos atuais patamares já é impagável, não há como imaginar tal quadro. Toda nossa exportação não bastaria para os juros.

A convivência com as dificuldades da dívida está estimulando o estudo de saídas que viabilizem os devedores e não puna os credores.

Os bancos emprestadores estão incôlumes. É bom que assim seja pois são empresas que realizaram negócios e cujos acionistas não podem pagar a conta. Os devedores estão quebrados. Portanto, a procura da solução tem que combinar aspectos dispareus e não pode cair na tentativa vã do perdão puro e simples. Não chegaria a bom termo e atrasaria o objetivo principal. A forma, tendo de abrigar os devedores com pagamentos justos e os credores com recebimentos coerentes, é convencionalmente incompatível, havendo, exatamente por isso, lugar para outro personagem. Os países ricos. Desde que interessados em solução equânime e duradoura.

A dívida é do tamanho do seu valor de mercado. Um dólar da dívida do Peru é comprada a 10 centavos, da do Brasil a 35 centavos. A criação de um fundo que comprasse, a preço do mercado, a dívida do Terceiro Mundo reduziria seu tamanho

a pelo menos a metade. O fundo, assumindo a dívida, passa a credor único e cobraria juros baseados numa taxa média da cesta das principais moedas, oferecendo prazos razoáveis a cada país. O FMI poderia coordenar a criação e o funcionamento do Fundo. Até reduziria a fama de agente da miséria e da fome que o caracteriza nos países devedores. Os cotistas não perderiam um centavo, pois receberiam juros pelo dinheiro investido. Os bancos limpariam seus balanços dessa incobrável dívida. A América Latina recomeçaria seu caminho e a liberdade econômica iria florescer junto com a democracia.

A única coisa certa é que a dívida atual, nos moldes da sua estrutura, jamais será paga. Na sua triste existência causará males nunca sentidos pela humanidade e um outro período de trevas políticas espera o sofrido Terceiro Mundo. Novas e estúpidas elites se substituirão para manter o modelo imediatista, servil e antigo de hoje. O Terceiro Mundo fenecerá. Sua capacidade de compra de produtos e tecnologia dos países ricos diminuirá e o universo, até quando ninguém sabe, abrigará esta figura paquidérmica da convivência entre ricos e miseráveis.

É inacreditável a morosidade dos países ricos no aprofundamento dos estudos das consequências políticas da dívida externa. Incompreensível que os experts em cenários da economia mundial não tenham concedido os governantes das implicações sociais gravíssimas que os países do Terceiro Mundo continuarão a sofrer com o quadro atual. Tudo é muito surpreendente e nebuloso. A não ser que haja neste aparente distanciamento uma decisão terrível de manter para sempre o Terceiro Mundo como tal, evitando o surgimento de novos concorrentes no mercado mundial.

Se o objetivo for tão cínico e monstruoso, já foi conseguido. Daqui em diante só a probreza, a miséria e a treva.